

Políticas educacionais no contexto da globalização do capital: da política às políticas de gestão

Educational policies in globalization context: from politics to management policies

Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Liliana Soares Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Educação
doamaral.claudia@hotmail.com, anailiferreira@yahoo.com.br

Resumo. Este artigo visou a investigar as configurações que as políticas educacionais adquirem no contexto da globalização, transformando-se em políticas de gestão e trazendo mudanças radicais para o trabalho dos professores. Como aporte teórico-metodológico, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, de cunho marxista. O estudo apresentou inicialmente um percurso que parte do entendimento de "política" desde a antiguidade grega até chegar às "políticas educacionais" hoje. Em seguida, mostrou que, no capitalismo neoliberal mundializado, essas acabam privilegiando aspectos econômicos e administrativos em detrimento dos pedagógicos. Entende-se que o estudo possibilitará que os professores desnaturalizem essa situação e lutem para sua autonomia, em um processo que ao transformarem a si próprios, transformarão a sociedade.

Palavras-chave: políticas educacionais, gestão, globalização.

Abstract. *This article aims at investigating configurations of educational policies get in the globalization context, transforming them into management policies and bringing radical changes to teachers' work. As methodology, it was used bibliographical research, based on a Marxist perspective. Initially, the study presented a route from the "politics" understanding, in the Ancient Greece, to "educational policies" nowadays. Then, it was showed that, in the world neoliberal capitalism, those stressed economical and management aspects and not the pedagogical ones. It was understood that this study will make possible that teachers denaturalized this situation and fight for their autonomy, in a process that they change themselves and the society consequently.*

Keywords: *educational policies, management, globalization.*

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática: Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento
Vol. 4 no 4 - outubro de 2014, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179474 X

© 2014 todos os direitos reservados - reprodução total ou parcial permitida, desde que citada a fonte

portal de revistas científicas do Centro Universitário Senac: <http://www.revistas.sp.senac.br>
e-mail: revistaic@sp.senac.br

1. Introdução

Este artigo visa a apresentar como o contexto de capitalismo neoliberal de globalização acaba afetando as políticas educacionais transformando-as em políticas que priorizam aspectos econômicos da educação em detrimento dos pedagógicos, revelando-se como políticas de gestão. Para isso, o estudo resgata a historicidade do objeto de estudo, traçando um percurso que parte do entendimento de "política", desde a Antiguidade Grega, até chegar às "políticas educativas de gestão" na contemporaneidade, foco do trabalho. Nesse sentido, também apresenta uma discussão sobre gestão e suas interfaces, gestão escolar e gestão educacional, em suas manifestações micro e macro, respectivamente.

O procedimento escolhido para desenvolvimento deste estudo foi pesquisa bibliográfica. A discussão apresenta-se sob o viés de uma análise crítica, que considera os fenômenos em sua totalidade num diálogo entre teoria e prática com objetivo de transformar a realidade, portanto voltada para a proposta dialética do materialismo histórico.

Nesse caso, o objeto de estudo, as políticas educacionais contemporâneas, será necessariamente considerado em desenvolvimento, mutação, relacionando-se com outros fenômenos, sendo entendido como "síntese de múltiplas determinações". Já que, de acordo com metodologia escolhida, nenhum acontecimento está isolado, pelo contrário, insere-se numa rede de contextos e determinantes progressivamente mais amplos e complexos, em que se destaca sua historicidade.

Entende-se que a revelação do modo que as políticas educacionais macro afetam o ambiente escolar, a gestão escolar, trazendo consequências para o trabalho dos professores, possibilitará que esses lutem por sua autonomia, motivação e criticidade dos quais parecem estar destituídos em um processo que ao transformarem a realidade transformam a si próprios.

Vale ressaltar que este trabalho insere-se nas atividades desenvolvidas pelo Grupo Kairós – Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

2. Percurso da política: da política às políticas educativas no contexto neoliberal

Em diferentes contextos sócio-históricos, o termo política estabelece relações de sentido diversas. Na Antiguidade Grega, a política era entendida como característica ontológica dos seres humanos, portanto intrínseca e indissociável a eles. **Cazarin** (2005) explica que, para **Aristóteles**, a política seria a ciência da felicidade humana, a qual era subdividida pelo pensador em: ética (referente ao estudo do que é felicidade) e política propriamente dita (concernente ao estudo de como obter a felicidade). Nesse sentido, conforme explica **Cazarin**, "a política era considerada uma ciência prática porque levava à demonstração de que a felicidade não consistia no resultado das ações, mas era em si mesmo, uma forma de agir" (2005:56). O objetivo da política, assim, seria descobrir a maneira de viver que levasse à felicidade, à forma de governo e às instituições sociais capazes de garanti-la. Como a vida dos seres humanos revelava-se pela busca incessante em ser feliz, de acordo com o Aristóteles, a política tornar-se-ia inerente à sua constituição, ideia expressa em seu conhecido aforismo de que "todo homem é político por natureza".

Vieira (2007:55) declara que "não há políticas sem política". A partir de que se pode afirmar que aquelas se constituem em uma dimensão desta. Pautada em **Freitag** (1987), a autora (2007) explica que a política educacional é um caso particular das

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 4 nº 4 - dezembro de 2014

Edição Temática: Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

políticas sociais. Nesse sentido, a educação passa a ser entendida como uma política pública, manifestada através de políticas educacionais. No entanto, de acordo com **Saviani** (2006), os termos educação e política não podem ser entendidos como equivalentes. O autor ressalta que eles são inseparáveis, mas não sinônimos. De forma sucinta, explica que

Uma análise, ainda que superficial, do fenômeno educativo nos revela que, diferentemente da prática política, a educação configura uma relação que se trava entre não-antagônicos. É pressuposto de toda e qualquer relação educativa que o educador está a serviço dos interesses do educando. Nenhuma prática educativa pode se instaurar sem este pressuposto. Em se tratando de política, ocorre o inverso. A mais superficial das análises põe em evidência que a relação política se trava fundamentalmente, entre antagônicos. No jogo político, defrontam-se interesses e perspectivas mutuamente excludentes. Por isso, em política, o objetivo é vencer e não convencer. Inversamente, em educação, o objetivo é convencer e não vencer. (SAVIANI, 2006:82)

Ao encontro dessa discussão, **Pedro e Puig** (1998) destacam a diferença entre política e políticas de educação de forma bastante esclarecedora. Segundo os autores, "a Política Educacional (assim em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas." (apud VIEIRA, 2007). Assim, a Política Educacional é a reflexão teórica sobre as políticas educacionais e pode ser considerada como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas que se dirigem a resolver questões educacionais.

Neste artigo, também se consideram as políticas educativas como parte da Política Educacional, entendendo que aquelas materializam fatores que não se formam a partir do contexto imediato, mas são resultantes de um processo histórico abrangendo também aspectos políticos, sociais e econômicos.

Azevedo (1997) mostra que a abordagem do objeto políticos educativas implica o enfrentamento de tensões, que tem por objetivo final, ao encontro do que propunha Aristóteles, a felicidade e a emancipação humanas. Tais tensões podem ser vislumbradas através de sua explicação para política a partir da língua inglesa, que desdobra o termo em *policy* e *politics*, ideias que aparecem sobrepostas nas políticas educacionais na atualidade. Nas palavras da autora:

A política educacional definida como *policy* – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* – política no sentido de dominação – e, portanto, no contexto de relações sociais que plasmam assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto.

Nos últimos 40 anos, o mundo tem vivido o resultado de políticas econômicas, sociais e culturais desenvolvidas no contexto da globalização – do desenvolvimento das inovações tecnológicas e da era da informação, das novas formas de organização e gerência do trabalho – pós-fordismo-, e das políticas econômicas neoliberais. É nesse contexto que se desenvolvem as políticas educativas no Brasil, conduzidas por organismos internacionais, seguindo orientações de reformas curriculares e educativas que acompanham as reformas conservadoras presenciadas na maioria dos países do mundo.

3. Transformação das políticas educativas em políticas de gestão

Oliveira (2005) observa que as políticas educacionais contemporâneas são, em sua maioria, políticas de gestão. No contexto da educação brasileira, **Lück** (2006) mostra que, a partir de 1990, grande atenção passa a ser dada às questões de gestão educacional, lideradas, sobretudo, pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários de

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 4 nº 4 - dezembro de 2014

Edição Temática: Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

Educação), que estabeleceu e mantém, desde então, a gestão educacional como uma de suas políticas prioritárias. Para a autora, gestão significa "a mobilização dinâmica de elemento humano, sua energia e talento, coletivamente organizado, como condição básica e fundamental da qualidade de ensino e da transformação da própria identidade das escolas, dos sistemas de ensino e da educação brasileira." (LÜCK, 2006:27)

Pode-se perceber que, como um conceito novo, a gestão supera o enfoque limitado da administração, hierarquizada e fragmentada, a partir da concepção de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que exigem revisão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa. Com esse entendimento, a gestão é responsável por propiciar ações conjuntas, associadas e articuladas, objetivando o propósito comum de promover a qualidade do ensino-aprendizagem.

Vieira (2005) analisa o termo gestão como resultante das políticas, que postas em prática, acabam por revelar as intenções do Poder Público. Porém, um aspecto que precisa ser destacado é a compreensão equivocada de que a(s) política(s) se concretiza(m) exclusivamente como iniciativa do Estado. É comum se entender o Poder Público como única instância de formulação política. Porém, conforme explica a autora, "é na correlação de forças entre os atores sociais das esferas do Estado – a sociedade política e civil – que se definem as formas de atuação prática, as ações governamentais e, por conseguinte, se trava o jogo das políticas sociais." (VIEIRA, 2005:58). Assim, tornam-se objeto de análise da política educacional as iniciativas do Poder Público em diferentes instâncias e espaços, abrangendo desde a sala de aula, as escolas até os planos de educação.

Na Constituição Federal de 1988, há indicações consideradas como necessárias na gestão educacional, como vistas a imprimir-lhe qualidade. Do conjunto dos dispositivos constitucionais sobre educação, é possível inferir que essa qualidade diz respeito ao caráter democrático, cooperativo, planejado e responsável da gestão educacional, orientado pelos princípios arrolados no artigo 206 do documento. Entre estes, colocam-se a garantia de um padrão de qualidade do ensino e a gestão democrática deste (BRASIL, 1989), posteriormente regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (LDB), n. 9394/96.

Hypolito (2008) ressalta que tais documentos surgem em um contexto em que o sistema público vinha sendo acusado de ser ineficiente e o Estado Social, nessa situação, mostrando-se incapaz de resolver os problemas da educação pública. Assim, considerou-se mister a adoção de critérios que pudessem melhorar a qualidade e a eficiência do sistema, "daí a necessidade de implantação de um modelo baseado naquilo que é 'eficiente' e obtém 'sucesso': o mercado." (HYPOLITO, 2008:3). Nessa perspectiva, a transferência de pressupostos da organização das empresas para organização escolar revelou-se como grande panaceia.

Desde então, as políticas para educação, inseridas no contexto neoliberal, tem incluído o princípio da competência do sistema escolar, que visam a uma subordinação do sistema educativo ao mercado, ao mesmo tempo em que propõe modelos gerencialistas de avaliação do sistema. A palavra qualidade é ressignificada, passando a atender objetivos mercadológicos, conforme **Hypolito** esclarece.

No campo da educação, o conteúdo dos discursos hegemônicos na luta pela qualidade de ensino é importado do campo produtivo, reforçando a lógica e a mística da igualdade de mercado, do "deus do mercado". A ideologia da qualidade total, fortemente reificada na lógica do mercado, age tanto no campo administrativo-organizacional do processo de trabalho escolar e docente como na reprodução de um novo modelo disciplinador menos visível dos próprios agentes envolvidos no processo de ensino. Isto é, as políticas neoliberais para a organização da educação têm sido orientadas, em boa parte, para uma conformação (mercadológica) crescente da subjetividade dos agentes educacionais e de sua cultura de trabalho. (HYPOLITO, 2002:278)

A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente a LDB 9294/96 se referem à diferença entre gestão educacional e gestão escolar, as quais correspondem respectivamente às esferas de tomadas de posição micro e macro das políticas de educação. As definições encontradas nos documentos mencionados permitem situar o terreno da gestão educacional como espaço das ações dos governos, sejam eles federal, estadual ou municipal. Já a gestão escolar, como o próprio nome sugere, refere-se à abrangência dos estabelecimentos de ensino. **Vieira** (2006) observa que ambas se articulam mutuamente. Segundo a autora,

No âmbito do sistema educacional há um significativo conjunto de atividades próprias da gestão educacional, a exemplo de orientações e definições gerais que dão substância às políticas educativas, assim como o planejamento, acompanhamento e a avaliação. Outras se inscrevem no campo da gestão escolar, de modo específico aquelas que envolvem a tarefa cotidiana de ensinar e aprender. Nesta esfera da gestão situam-se professores, alunos e outros membros da comunidade escolar – funcionários que trabalham na escola, docentes que ocupam cargos diretivos, famílias e integrantes da área de abrangência geográfica onde se localiza a escola. (VIEIRA, 2006:36)

Atualmente, a gestão escolar – e da educação em geral, é foco das políticas educacionais, mundialmente, conforme destacado. Porém, em contextos e momentos históricos diversos, a discussão acerca de como a escola deve se organizar e se relacionar com a comunidade em que se situa e com os governos a que se vinculam implica diferentes entendimentos sobre a organização do espaço público e as responsabilidades do Estado, da sociedade, dos profissionais de educação.”(LUCE; MEDEIROS, 2006:15)

Oliveira (2003) ressalta que as políticas de gestão na educação passam a ocupar lugar estratégico na tarefa de organizar os sistemas de ensino, de acordo com as demandas do mercado de trabalho dentro do modo de produção adotado, no caso o neoliberal. Hypolito explica que:

De um lado, [o Estado] preconiza um estado fraco por onde justifica toda a ineficiência do que é público, apontando culpados para a crise da escola, tais como a ineficiência administrativa, a centralização financeira, a desprofissionalização docente, os sindicatos, etc. Como solução apresenta a submissão da escola pública às regulações do mercado incentivando formas gerenciais baseadas nos modelos pós-fordistas, e descentralizando aspectos administrativo-financeiros em nome da autonomia escolar. De outro, preconiza um estado forte que exerce controle centralizado sobre aspectos fundamentais do cotidiano escolar, tais como a definição do currículo nacional; programas de formação docente articulados à mídia. (2008:10)

Machado (2006), pautado em pesquisadores, políticos e estudiosos da educação, aponta que, nas políticas educacionais, a gestão das escolas e dos sistemas de ensino (gestão escolar e educacional, respectivamente) tem sido permeada predominantemente por aspectos financeiros, em detrimento da igualdade e da ampliação democrática das condições e das oportunidades educativas para todos. Segundo o autor (2006), tal perspectiva transforma-se em reformas educativas que focalizam a gestão, a qualidade, a avaliação, tendo como principal finalidade a adaptação às tendências tecnológicas atuais, dos mercados e da sociedade do conhecimento. Dessa forma, tais reformas reduziram “a aprendizagem humana e os processos educativos à formação de hábitos, atitudes e competências voltados ao mercado e à sociedade de consumo”. (MACHADO, 2006:164)

Wood (2003) mostra que isso se deve a maneira como o “político” e o “econômico” se relacionam no capitalismo,

às formas pelas quais a apropriação e a exploração capitalistas realmente dividem as arenas de ação política e econômica, e transformam certas questões políticas essenciais – as lutas pela dominação e exploração que no passado sempre estiveram umbilicalmente unidas ao poder político – em questões claramente ‘econômicas’. Na verdade, essa separação ‘estrutural’

talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital. (WOOD, 2003:27).

Ao encontro, **Hypolito** explica que as políticas neoliberais, de forma hegemônica, reduzem as políticas educacionais a políticas de gestão, resultando em efeitos negativos na educação, isso porque as soluções para alcançar a dita "qualidade" da educação têm sido, de forma geral, orientadas por "choques de gestão" que buscam tornar o investimento público menos oneroso e mais eficiente. Conforme o autor,

a história recente da Educação brasileira é um cardápio de novos programas de gestão que prometem resolver todos os problemas do ensino público, através de ações gerenciais visando à melhoria da qualidade do ensino. Para construir esse discurso hegemônico, a educação pública sofreu e sofre ataques sistemáticos de ineficiência. *A precária formação do professorado é atribuída como uma das causas e como grande responsável pelo declínio da qualidade.* (grifo meu)

Oliveira (2005) observa que a literatura nacional e internacional sobre o tema da política e administração escolares evidencia certa generalização nos programas de reforma educacional da última década que tomam a escola como unidade do sistema, transformando-a em núcleo de gestão e do planejamento. Ao encontro, **Azevedo** (1997) identifica que as reformas educacionais operadas mundialmente têm em comum a busca pela melhora das economias pelo fortalecimento dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado. Dessa perspectiva,

estão buscando obter um melhor desempenho escolar no que tange à aquisição de competências e habilidades relacionadas ao trabalho, controles mais diretos sobre os conteúdos curriculares e sua avaliação, implicando também a adoção de teorias e técnicas gerenciais próprias do campo da administração de empresas.

A autora (2005) também destaca que programas em âmbito nacional se referem diretamente às escolas, sem a mediação dos órgãos intermediários do sistema, têm sido frequentes nas reformas implementadas nos últimos trinta anos, tanto no sentido de financiamento de ações quanto no sentido de avaliação de resultados. Tais iniciativas vêm associadas ao incentivo à administração por objetivos, ao estímulo à pedagogia de projetos, à cultura da eficiência e demonstração de resultados, conforme o que Ball (2002), criticamente denomina de performatividade escolar.

As políticas neoliberais para a educação têm incluído o princípio da competência do sistema escolar, por intermédio da promoção de mecanismos de controle de qualidade externos e internos à escola, que visam uma subordinação do sistema educativo ao mercado, ao mesmo tempo em que propõe modelos gerencialistas de avaliação do sistema. (apud OLIVEIRA, 2005)

Ao tratar sobre o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), Lopes (2009) destaca que a supervalorização dos exames faz parte do que vem sendo chamado de "cultura da performatividade". De acordo com a perspectiva, o conhecimento tem mais importância pelo seu valor de troca (por capital econômico ou cultural) do que pelo de uso. Conforme com essa lógica, as escolas que melhor se posicionam nos *rankings* são as que têm mais chances de proporcionar sucesso aos seus estudantes.

Dessa maneira, os processos de reestruturação educacional, propostos pelas políticas de gestão neoliberais, têm um forte impacto sobre o trabalho dos professores. **Azevedo** (1997) alerta que esse processo transforma os administradores dos sistemas de ensino e os próprios gestores e professores das escolas ao papel de principal veículo do novo gerencialismo.

Ao encontro, **Hypolito** argumenta que

As rápidas mudanças provocadas pela globalização e pelas modificações econômicas globais e locais têm afetado o trabalho docente e não são, como muitos poderiam pensar, mudanças cosméticas somente. Mas elas estariam

tornando o trabalho docente mais complexo e difícil, mais do que um trabalho extensivo e sobrecarregado. Certos autores pensam que o trabalho docente deve ser encarado como um trabalho de alto grau de complexidade, assim como outras profissões, e que deve ser julgado pela complexidade das tarefas.(2002:7)

Uma das formas de gerência de trabalho, que tem influenciado o ambiente escolar e o trabalho de ensinar, é o que se denomina modelo gerencialista, como uma das bases importantes do projeto neoliberal para a educação. **Hypolito** (2002) explica que, como parte desse projeto, novos requisitos educacionais passaram a ser exigidos e começaram a ser articulados novos processos de reestruturação educativa. Conforme o autor,

É neste contexto que as políticas neoliberais e neoconservadoras buscam reconstruir a hegemonia conservadora e a conseqüente legitimação da lógica de mercado. No entanto, a hegemonia de classe exige do professorado uma relativa identificação com as aspirações e necessidades da classe dominante. Em outras palavras, requer um consenso por parte de quem sofre ou aplica tal hegemonia. (2002, p.276)

Nesse sentido, os professores devem perceber tais influências e lutar contra essa situação que, de maneira alguma, pode ser naturalizada. Isso possibilitará que recuperem sua autonomia tornando-se novamente sujeitos de seu trabalho, colaborando ativamente para a construção/transformação de uma sociedade mais igualitária em que a classe trabalhadora deixe de ser oprimida.

4. Conclusão

Este artigo buscou mostrar como as políticas educacionais, inseridas no capitalismo neoliberal globalizado, acabam se transformando em políticas de gestão. Nesse contexto, os professores, prestadores de serviço ou trabalhadores assalariados, convivem com as mesmas condições dos demais trabalhadores, tendo seu trabalho totalmente reestruturado.

Isso porque existe um paradoxo: há de um lado, um discurso de autonomia da escola, o que aparentemente poderia indicar um fortalecimento do trabalho dos professores; de outro, há um rígido controle pedagógico, bastante centralizado, que é a própria negação da autonomia. Além disso, a participação que deveria servir para finalidades de emancipação, de cidadania e autonomia dos sujeitos, acaba por colaborar para a manutenção de situações do poder decisório e do controle de muitos por poucos.

Dessa forma, as políticas para educação, que incluem o princípio da competência do sistema escolar, visam a uma subordinação do sistema educativo ao mercado, ao mesmo tempo em que propõem modelos gerencialistas de avaliação do sistema. Daí o entendimento de que as políticas educacionais contemporâneas são, em sua maioria, políticas de gestão.

Espera-se que a discussão trazida neste estudo possibilite que se desnaturalizem esses processos gerencialistas a educação e que os professores se reconheçam como pertencentes a um grupo que, como tal, deve se organizar em prol tanto de melhorias em sua condição de trabalhadores, como na educação como um todo. Além disso, cabe a esses profissionais recuperarem a condição de produtores do saber com o qual trabalham a fim de redimensionarem o lugar de sujeitos da ação educativa.

Referências

AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2005.

FREITAG, B. **Política Educacional e indústria cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, 1987.

HYPOLITO, A. M. Profissão docente e intensificação do trabalho. **Anais XIV ENDIPE**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008.

_____. Reestruturação educativa e trabalho docente: autonomia, constestação e controle. In: HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente: formação e identidades**. Pelotas, RS: Seiva Publicações, 2002.

LUCE, M. B; MEDEIROS, I. L. P. A gestão democrática no sistema educacional. In: LUCE, M. B; MEDEIROS, I. L. P.(Orgs.) **Gestão Escolar e Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação e Sociedade**, out. 2005. v. 26. n. 92.

PEDRO, F.; PUIG, I. **Las reformas educativas. una perspectiva politica y comparada**. Barcelona: Paidós, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.